

SARMENTO, João - Recensão de SILVA, Manuel Carlos; BAPTISTA, Luís Vicente; RIBEIRO, Fernando Bessa; FELIZES, Joel; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales (orgs.) - *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito*. Famalicão: Húmus, 2020. ISBN 9789897555572. *Configurações* [Em linha]. 31 (2023) 157-160. ISSN 2182-7419.

SILVA, Manuel Carlos; BAPTISTA, Luís Vicente; RIBEIRO, Fernando Bessa; FELIZES, Joel; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales (orgs.) - *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito*. Famalicão: Húmus, 2020. ISBN 9789897555572.

JÓÃO SARMENTO*

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UM)
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)

Há poucos anos, o geógrafo David Harvey escreveu, tradução minha do inglês, que já “não é mais uma mera troca de valor que impulsiona a atividade do mercado imobiliário, mas uma procura pela acumulação de capital através da manipulação de mercados imobiliários. O rápido aumento dos preços dos imóveis parece beneficiar os proprietários, mas os principais beneficiários são de facto os bancos, as instituições de crédito e os grandes conglomerados e os *hedge funds* que aderiram ao jogo especulativo” (A Tale of Three Cities, *Tribune*, 10.1. 2019). O autor encerrou este mesmo texto com um lamento sobre “as desastrosas consequências mundiais de não se perseguir determinadamente a solução óbvia: habitação no domínio público. O valor de uso deve vir em primeiro lugar”.

Integrado na coleção *Debatero Social*, cujo diretor é um dos organizadores do livro, *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito* nasceu do projeto de investigação “Modos de vida e formas de habitar: ilhas e bairros populares no Porto e em Braga”, coordenado por Manuel Carlos Silva e

*E-mail: j.sarmento@geografia.uminho.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4770-2427>

financiado pela FCT entre 2016 e 2020. Como parte deste projeto, e já na sua parte final, realizou-se em Braga o Colóquio Internacional sobre *Espaço Urbano e Habitação como Primeiro Direito* (outubro 2019). Foi precisamente a partir de várias das intervenções deste Colóquio Internacional que nasceu este livro, organizado em 13 capítulos, e com uma matriz interdisciplinar: nove sociólogos, dois arquitetos, dois geógrafos, um antropólogo, uma demógrafa e um investigador na área do direito.

O encadeamento feliz dos capítulos inclui três textos mais teóricos ou concetuais, isto é: os capítulos I, “Espaço, cidade e habitação como primeiro direito”, e VI, “Cidade e classes sociais: uma perspetiva histórico-sociológica”, ambos de Manuel Carlos Silva, e o capítulo V, “Cidades e patrimonialidade urbana”, de Carlos Fortuna. No capítulo I, revisita-se a teoria urbana e alguns dos seus modelos explicativos – o funcionalista, o bio-ecológico-cultural, o neo-weberiano, o neomarxista e o simbólico-cultural –, ancorando ou focando a discussão na centralidade da cidade como espaço de acumulação de capital. Aflora-se a ausência de políticas habitacionais em Portugal (ou melhor, a ausência de um Estado promotor, pois o Estado teve um papel-chave através do apoio ao crédito para aquisição de habitação própria), abordando-se o projeto já referido sobre ilhas e bairros populares no Porto e em Braga. Uns capítulos mais tarde, o mesmo autor repassa tipologias urbanas, destacando as articulações weberianas e marxistas e fazendo uma análise interdisciplinar, com partida sobretudo da Geografia e da Sociologia. O texto desemboca também na discussão do processo de urbanização português e nos antecedentes da Lei de Bases da Habitação. O capítulo V, de Carlos Fortuna, que tanto poderia aparecer no fim ou no início do livro, apresenta uma reflexão sobre a nossa relação com as ruínas, com o envelhecimento material e a passagem do tempo na sociedade e na cidade. Foca processos como a contra-monumentalidade, a despatrimonialização e os excessos inflacionários patrimonialistas, tendo sempre em vista a necessidade da participação plural no entendimento de patrimonialidade.

O livro inclui dois textos que procuram contextualizar o caso português: o capítulo II, “Dinâmicas de habitação e as crises em Portugal”, de Teresa Costa Pinto, e o capítulo III, “Políticas públicas no campo da habitação”, de Luís Vicente Baptista. O primeiro traça uma genealogia das sucessivas crises da habitação que afetaram e afetam Portugal – no pós-25 de Abril, nos anos 2007-2008 até 2014-2015 e na atualidade –, da crise global, que apelida de cirúrgica e seletiva, e das clivagens geracionais e territoriais. O segundo revisita as diversas gerações de intervenção institucional em Portugal no campo das políticas públicas de habitação, sublinhando a necessidade de diálogo entre políticas de tempos diferentes e com lógicas distintas e os organismos que as tutelam.

Seis dos capítulos têm um caráter mais empírico. O capítulo IV, “A cidade informal em Portugal, o caso da Amadora”, de Elena Tarsi, parte da multiplicidade de manifestações de assentamentos informais, para uma caracterização do caso português, e das situações distintas de bairros clandestinos e “bairros de barracas”. Depois debruça-se sobre o Programa Especial de Realojamento (PER), passando pela demolição violenta do Bairro 6 de Maio, terminando com um conjunto de reflexões para uma mudança de paradigma na leitura do fenómeno da cidade informal. O capítulo VII, “Descivilizar, demonizar, desmobilizar, demolir, Bairro Aleixo, Porto”, de João Queiroz, faz uma genealogia do Bairro do Aleixo, procurando perceber como se chegou à situação de “depreciação material e simbólica” no início da sua demolição. Depois reflete sobre a ideia de demolição como solução, revendo as ações políticas camarárias e a estigmatização que se foi construindo, terminando com uma discussão muito interessante sobre a parêntese discursiva “descivilização e demonização” e a produção do que entende ser a ausência de conflito no Bairro do Aleixo. O capítulo VIII, “Habitação operária em Lisboa”, de Gonçalo Antunes, fornece um panorama da expansão da cidade de Lisboa na segunda metade do século XIX, da sobreocupação, e do surgimento de pátios – como pequenos aglomerados informais e insalubres – e vilas operárias – com condições superiores, de modelo racional, utilitário e funcionalista, mas com condições severas. Enquanto geógrafo, oferece uma análise espacial da implantação destes tipos de habitação e conseqüentemente da dinâmica urbana na cidade na transição do século XIX para o XX. O capítulo IX, “Problemas de habitação no centro histórico de Guimarães”, de Fernando Bessa Ribeiro, Teresa Mora e Margarida Sousa, traz-nos as vozes de residentes do centro histórico de Guimarães, por forma a refletirmos sobre a fragilidade da posição dos arrendatários face à ideia de justiça espacial e de direito à habitação. Fala-nos da vulnerabilidade daqueles que têm menos poder e menos visibilidade e da ansiedade e incerteza em que vivem, submersos que estão nas lógicas neoliberais da cidade contemporânea. O capítulo X, “Ocupação urbana na AM Brasília”, de Ana Maria Nogales Vasconcelos, leva-nos através da idealização e utopia da Brasília de Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa e do processo de ocupação urbana do Distrito Federal até à formação da Área Metropolitana de Brasília e à expansão e explosão das periferias metropolitanas. Descreve a ocupação irregular e o aumento de informalidade e aponta para o problema de habitação de mais de cem mil famílias de renda baixa. Por fim, o capítulo XI, “Política habitacional em Brasília”, de Luiz Fernando Macedo Bessa e Wanderson Maia Nascimento, centrado também naquela que é uma das cidades mais dispersas do mundo, percorre as desigualdades e segregação socioespaciais resultantes

de questões raciais. Reflete ainda sobre a democracia participativa e as disputas territoriais.

Por fim, o livro apresenta dois capítulos – XII e XIII – de natureza diferente. Debruçam-se sobre políticas públicas de habitação e especificamente sobre a Lei de Bases da Habitação, aprovada em 2019. O primeiro é composto de duas notas, tendo autoria de Pedro Soares, do grupo parlamentar do BE, e de Carla Cruz, do grupo parlamentar do PCP, respetivamente. O segundo, da autoria de Manuel Carlos Silva, Fernando Matos Rodrigues, António Cerejeira Fontes e António Cardoso, é um comentário crítico extenso sobre o conteúdo e insuficiência desta mesma Lei de Bases da Habitação. Ainda que este último texto crítico encerre bem o livro, atrevo-me a dizer que talvez os organizadores pudessem ter um capítulo final conclusivo dos vários assuntos em discussão e não apenas desta questão específica. Este último texto seria assim um contraponto ao prefácio, que na verdade funciona mais como uma introdução, tendo um grande detalhe de descrição dos vários capítulos, o que permite numa leitura rápida perceber do que o livro é feito.

Ainda que claramente académico, este livro está comprometido com transformações sociais e assume mesmo um caráter militante, fazendo uma ponte entre o saber académico, concetual, de reflexão, e o compromisso da mudança e de futuros mais justos. Se alguns capítulos têm uma dimensão histórica importante, são vários os textos que destacam a relevância das vozes dos habitantes, da centralidade da experiência humana nas questões da habitação e do envolvimento e participação das pessoas nos processos de planeamento e desenvolvimento. A questão de fundo que se discute é se os problemas da habitação se resolvem através de uma mudança estrutural das políticas de habitação, mudança política essa que estanque os movimentos especulativos e a financeirização em curso. Para quem se interessa por temas da habitação e as suas crises, da especulação imobiliária, da casa como instrumento de acumulação de capital, dos processos de regeneração e gentrificação, da habitação clandestina, da justiça espacial, este é um livro importante, direcionado para um público universitário vasto, abrangendo as áreas da sociologia, geografia, economia, arquitetura, urbanismo, história, direito e antropologia.

- Receção: 22.11.2022

- Aprovação: 12.12.2022